



Texto mimeo gentilmente cedido pelo autor. (2002).

## REFLEXÕES ACERCA DE REGIÃO (Segundo Pierre George, Milton Santos *et al.*)

**Antônio Teixeira Neto**

Licenciado em História

Engenheiro Agrimensor

Doutor em Geografia e Cartografia

A querela sobre o que vem ser *região* parece nunca ter fim. Realmente, até o momento, é difícil encontrar três ou quatro geógrafos que tenham o mesmo pensamento sobre o significado da palavra *região*. Essa querela, ou melhor, essa dificuldade em se encontrar um denominador comum prende-se mais a problemas de pontos de vista político-filosóficos que histórico-geográficos propriamente ditos. Uns pregam que *região* é um conceito abstrato, criado adequadamente para servir aos interesses de uma determinada categoria de indivíduos ou de entidades jurídicas – o Estado, as grandes empresas mundiais e nacionais, os militares. Outros dizem que ela é uma entidade que se desenvolveu ao longo da história, resultado das ações dos indivíduos sobre o espaço geográfico. Porém, ninguém pode negar que, em seu sentido o mais banal possível, o termo *região* designa, como o afirma o geógrafo Pierre George em seu *dictionnaire de la géographie (dicionário da geografia)*, uma porção individualizada, identificada, do espaço terrestre. Seguindo nessa mesma linha de pensamento, ele diz que todos os critérios para conceituar o que vem a ser *região* são bons em linguagem comum, embora ambíguos. Por outro lado, quando se trata de dar precisão científica ao termo, há também que se dar precisão aos critérios de definição. Desse modo, fala-se, sem cair em contradição, tanto de regiões polares, como, por exemplo, do “Mato Grosso” de Goiás ou do “Bico do Papagaio”, no Tocantins, tanto do Agreste nordestino, quanto da região dos Curdos do Iraque; tanto de uma região montanhosa, como a dos Alpes, na Europa, quanto a dos Lençóis Maranhenses, no litoral brasileiro. O autor é, contudo, taxativo num ponto, ao afirmar que essa porção do



espaço é, em qualquer circunstância, identificada por um critério que melhor a caracteriza: sua situação em latitude e longitude, o solo, influência de uma cidade, sistema de produção, homogeneidade étnica, paisagem natural, clima e por aí a fora. Para ele, esse é o conceito de região *lato sensu*, cujo uso em geografia é neutro.

Porém, enfatiza o autor, a partir do momento em que se procura dar à palavra *região*, mais ainda, ao conceito de *região*, um significado preciso, o conflito entre linguagem científica e linguagem comum logo se estabelece. E tem mais: quando aplicado a formas diferentes de *organização do espaço*, o conceito de *região* muda de conteúdo sem que a palavra em si se transforme. Entretanto, quando se trata de confrontar a noção de *região* à de *nação*, as ambigüidades se restringem ou quase desaparecem. Sabe-se que, hoje, espaço nacional é o resultado da divisão, do recorte, de primeira ordem do território, talvez o mais importante para o homem. Por seu lado, o espaço regional se define como sendo o resultado da divisão interna, de segunda ordem. Assim, a *região* é uma porção de espaço *no interior* de um país, é um *subespaço*. Vistas as coisas sob esse ângulo, pode-se dizer que não há *região internacional*, mas no máximo uma reunião, uma solidariedade, de regiões nacionais vizinhas. Um exemplo disto é a Antártida, que é subdividida, contiguamente, em faixas de “propriedades” de países que aí fixaram suas bases de pesquisa mediante acordos internacionais restritos. Os Pampas são tão brasileiros quanto argentinos ou uruguaios. A Amazônia só é “internacional” porque se espalha de norte a sul e de leste a oeste sobre um imenso território, que se estende da Bolívia à Guianas Francesa, passando pelo Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e, lógico, o Brasil. Por isso é legítimo falar tanto de “Amazônia brasileira”, como de “Amazônia boliviana”, “Amazônia peruana”, “Amazônia colombiana”, e assim por diante. Em cada um desses subespaços, que nada mais são que fácies diferentes de um mesmo grande bioma – o bioma amazônico –, a soberania é exercida pelos respectivos países amazônicos.

A individualidade da *região* a que se refere Pierre George, e que permite identifica-la, apega-se a certos caracteres dominantes que constroem, para os homens que aí vivem, um quadro de vida. Pode tratar-se de caracteres simples, que dão uma certa homogeneidade visível ao espaço considerado, inclusive conferindo-lhe limites: meio natural ( conf. “*regiões naturais*”), sistema de produção (conf. “*regiões agrícolas*” ou “*industriais*”), grupos étnicos dominantes etc. Pode também tratar-se de caracteres mais complexos, forjados por uma longa história comum



(conforme “*regiões históricas*”), ou dependentes dos fenômenos de polarização do espaço, como, por exemplo, a organização por ou em volta de uma cidade (conforme o “*Entorno de Brasília*”). No mais das vezes, diz o autor, esses caracteres se combinam, mas os limites que cada um define no espaço raramente resultam em *um* limite único e preciso. Advém certamente daí a dificuldade em se delimitar as *regiões*.

Enfim, por resultar de um equilíbrio de forças em ação e reação permanentes, a *região* é por essência uma *situação* geográfica: ela é concebida no presente como um objeto instável, em perpétuo ajustamento.

Essas considerações de Pierre George permitiram elaborar para a *região* uma definição complexa, que deve ser usada com precaução, ou melhor, como um termo de referência e não como um identificador exclusivo. Esse termo fundamenta-se em três aspectos estáticos essenciais, bem como sobre seu aspecto dinâmico:

*A região, subespaço integrado a um espaço nacional, é definida pelos laços (homogeneidade, complementaridade) existentes entre seus habitantes e por sua organização em torno de um centro dotado de uma certa autonomia. Ela é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidade variável cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial.*

Mas o autor adverte: essa definição não soluciona três problemas espinhosos que, se levados em conta, complicariam a situação a ponto de tornar inextrincável a referência a um conceito de base. Os problemas são:

- a) *O da escala*: o subespaço é de mesma natureza tanto na Índia quanto na Guatemala?
- b) *O de nível*: nos grandes países federativos, como o Brasil ou os Estados Unidos, os estados federados (por exemplo, Goiás, no Brasil, Texas, nos Estados Unidos) não seriam também regiões e não comportariam, tanto aqui quanto alhures, “*sub-regiões*” que reproduzem perfeitamente o modelo regional?
- c) *O da organização econômica e social*: seria a região particularmente indiferente ao estágio de desenvolvimento?

O simples enunciado desses problemas, conclui o autor, mostra muito bem que não pode existir definição única e satisfatória do conceito de *região*. Na verdade, existem várias formas, vários níveis, vários tipos de sub-espacos aos quais pode-se legitimamente aplicar o conceito de *região*.



Outros geógrafos, como Harm J. De Blij, autor de *Regions and concepts (Regiões e conceitos)*, não muito diferente do que diz Pierre George, afirmam que o termo *região* se aplica a áreas com alguma homogeneidade a partir de um ou mais fenômenos dominantes (língua ou religião, de preferência). Segundo ele, essas áreas podem ter uma função coerente em termos de uma severa interrelação fazendo interagir categorias de fenômenos. Os termos *formal* e *funcional* só são aqui usados para caracterizar este último tipo. Para terminar, fica subentendido que a área é a parte formal, severa, inerente a toda e qualquer *região*, e que numa *região “funcional”*, a homogeneidade não é bem visível no conjunto.

Historicamente, o conceito de *região* começa a ganhar espaço nos livros de geografia escritos por autores franceses. Em um breve histórico da noção de *região* na geografia francesa, Etienne Julliard passa a limpo as idéias de alguns autores antigos, como Elisée Reclus, por exemplo. Para o autor, ele foi sem dúvida um dos primeiros a entrever que as *regiões* são verdadeiros “organismos” e, como tais, têm uma individualidade e desempenham um papel positivo ou negativo. Mais tarde, Lucien Gallois, autor de *Régions naturelles et noms de pays, (Regiões naturais e nomes de regiões)* observa que se o clima permite distinguir na superfície do globo um certo número de grandes regiões, a altitude e a constituição geológica do solo aí introduzem diferenças e justificam uma subdivisão em *regiões* menores, mais ou menos bem delimitadas, às quais, doravante, sejam elas grandes ou pequenas, deve-se reservar o nome de “*regiões naturais*”.

Não há como deixar de lado a contribuição de Vidal de La Blache. Quer queira, quer não, a geografia moderna, tal qual a conhecemos e a ensinamos hoje, começou com ele e é dele o que Milton Santos jamais deixou de enfatizar como o núcleo duro, imutável, do conhecimento geográfico: a idéia de *totalidade*. La Blache parte da *região natural*, porém, ele vai mais longe: a geologia, o relevo e o clima oferecem uma série de “*possibilidades*” (daí o nome *possibilista* que se dá à sua “escola” de geografia), mas em última instância depende dos homens saber emprega-las. Em definitivo, é o grupo humano que, dominando a natureza a seu favor, diferencia uma *região* da outra. Como grandes conjuntos heterogêneos, *regiões* como a Bacia Parisiense, Maciço Central, por exemplo, se diversificam – como se diversificam no Brasil o Planalto Central ou o Sertão Nordestino – em unidades menores, têm aspectos de “*regiões*”, cuja originalidade se exprime por uma certa *fisionomia*, por um tipo particular de organização



espacial nascido do casamento da natureza e do espaço. Por exemplo, as 17 *regiões geográficas* da França propostas por La Blache em 1910 foram concebidas como espaços organizados pelas grandes cidades. Na verdade, a escola geográfica francesa fundada por La Blache se deu por tarefa descrever e explicar as *paisagens*, ou seja, paisagens humanizadas, mas na maioria das teses e monografias regionais elaboradas pelos autores franceses a palavra *região* foi utilizada muito mais como um axioma, que pouco esclarecia sobre a realidade regional do momento e sobre o conteúdo da vida regional. Daí adveio uma crise que levou a geografia francesa a uma renovação das idéias e dos conceitos sobre *região*. Dada a influência norte-americana, atualmente a *região* é concebida mais como quadro de pesquisa, isto é, como contexto territorial de problemas sócio-econômicos. A atenção dos geógrafos, antes demasiadamente concentrada sobre o quadro natural propriamente dito da *região*, se volta agora mais para os aspectos dinâmicos da vida regional e o seu futuro enquanto espaço territorialmente organizável.

Enriquecendo mais ainda o assunto, vamos ver o que pensam outros autores, como André Meynyer, autor de uma obra inédita no Brasil – *Histoire de la pensée géographique em France (História do pensamento geográfico na França)*.

Para ele a mais simples das *regiões* é aquela em que existe um *gênero de vida*. Porém, como se sabe, esse tipo só existe realmente em países pouco evoluídos. Aqui, as *regiões* se justapõem como se justapõem os gêneros de vida: agricultores, pastores, caçadores etc. Em geral, e essas é a realidade dos fatos, os gêneros de vida se superpõem num mesmo território, e a *região* perde sua pretendida “homogeneidade”, evidenciando os contrastes inevitáveis e tornando-se em regiões vizinhas bastante diferentes umas das outras.

Pode também ocorrer uma passagem gradual entre uma região e outra, dificultando a fixação de limites regionais, os quais, geralmente, não coincidem com os limites políticos. Nesse caso, fala-se então de *diversidade*, em que os limites separam regiões muito semelhantes. Vê-se então que as dificuldades são enormes e corre-se mesmo o risco de pulverizar o território na tentativa de separar unidades menores a partir de critérios de homogeneidade. Se o próprio meio físico, bem visível na natureza através de seus elementos – o vale, a serra, a chapada, a depressão de um grande rio, o cerrado, a mata tropical, o deserto – já constitui por si só um problema, imagine se a esse meio físico se superpõem as atividades humanas: o vale



pode comportar tanto agricultura de subsistência, quanto pecuária melhorada, pode receber tanto indústrias, quanto pastoreio. O que fazer? *Institucionalizar*, estabelecendo limites tendo por critérios fatores de proximidade espacial, de atividades econômicas, de relevo, de interrelações, de laços de dependências recíprocas e respeitando os limites administrativos. Esse é o lado, digamos, prático da questão. Utilizar outros critérios pode resultar em recortes espaciais sem nenhuma coerência histórica ou geográfica.

Quaisquer que sejam os critérios utilizados na conceituação de *região*, nenhum geógrafo, nenhum historiador, economista, sociólogo ou autoridade política pode se afastar de uma realidade: os laços entre a *região* e a cidade são inelutáveis. Para Bernard Kaiser, em definitivo, a *região* se define como um espaço preciso, mas não imutável, inscrito em um contexto natural e caracterizado por laços afetivos, políticos, históricos, comerciais, sociais entre seus habitantes e uma organização em torno de uma cidade de uma certa autonomia. O meio natural não passa, entretanto, de uma referência, digamos, física, pois geralmente ele é incompatível com a noção de “organização em torno de um centro”. Numa região, vales, planaltos, montanhas, cerrado, floresta podem se justapor ou se superpor..

Assim, quaisquer que sejam os critérios utilizados – se apoiado, por exemplo, unicamente em fatos, digamos, humanos –, o meio físico sempre irá desempenhar um papel importante nos trabalhos, projetos e estudos de regionalização do território. E tem mais: mesmo se amanhã não mais existir camponeses trabalhando a terra, mesmo se todo o espaço interurbano se constituir apenas em um pulmão para a cidade, a assimilação total do território pela cidade e por ela dirigida e comandada, representa a concepção de uma geografia puramente humana, diríamos quase que puramente econômica. Ela supõe, como condição primeira, o abandono quase total da geografia física. Se permanecemos fiel à idéia de que o próprio da geografia é justamente fazer a ligação entre a natureza e o homem, uma tal concepção suprime um dos dois componentes desse par inseparável e indissolúvel, a natureza. Não haverá, então, mais necessidade de estudá-la enquanto meio físico, porque cada vez mais ela perde importância.

Mas aqui reside o grande equívoco, senão um erro crasso, de uma tal concepção, pois os fatos estão nos mostrando todos os dias, e cada vez com mais clareza, que os descuidos com a natureza podem acarretar, como acarretaram ao longo da história e em todo lugar,



problemas insolúveis e de efeitos catastróficos para a sociedade: desmatamentos incontrolláveis, deslizamentos em áreas urbanizadas, rios em fúria e enchentes mortíferas, desertificação, diminuição das chuvas aqui e acolá, descontrole geral do clima e por aí afora. Se isto realmente acontecer, a geografia logo deixará de ser uma disciplina visual, de observação direta no terreno das atividades humanas, para se transformar numa geografia apenas aritmética, estatística. Seu campo de estudo não mais seria aquilo que se vê, mas o que se calcula. Talvez seja útil, mas não será mais a mesma coisa. É verdade que no palco onde os homens representam o seu papel, associam-se, trabalham, produzem, nascem, vivem e morrem, a natureza ainda é o seu principal coadjuvante: a sociedade não sobreviveria sem ela.

*REGLÃO URBANA* – Nada mais é que o conjunto de cidades estreitamente ligadas umas às outras; morfologicamente, por sua proximidade e vizinhança; estruturalmente, por suas relações. A *região urbana* se diferencia de *aglomeração* e de *conurbação* por seu policentrismo e por sua extensão. Ela corresponde, seja a uma *unidade funcional de urbanização* (a bacia carbonífera do Ruhr, na Alemanha, que tem mais de 10 milhões de habitantes), seja à coalescência de fatores de urbanização diferentes, convergindo espacialmente para formar um *complexo urbano poligênico* ( a megalópole norte-americana, que se estende de Washington a Boston, com mais de 30 milhões de habitantes, ou a japonesa, de Tóquio a Osaka, ambas com cerca de 500 quilômetros de extensão). Poder-se-ia também falar da megalópole brasileira, que se estende de São Paulo ao Vale do Paraíba do Sul, em direção ao Rio de Janeiro.

*REGIONALIZAÇÃO* – É ao mesmo tempo processo de análise e processo de ação, sem contudo ser possível distinguir com facilidade um termo do outro. Para Jean Labasse, no plano da análise, o resultado a que deve chegar a regionalização é *a delimitação de unidades territoriais subalternas no contexto de espaços geográficos progressivamente extensos*. Desse modo, o reconhecimento, a identificação das regiões também fazem parte dos estudos de regionalização. No Brasil, o termo é entendido desse modo e tem conotação de processo, de intervenção e de organização do espaço. A nova regionalização do espaço goiano-tocantinense adotado pelo IBGE em 1989 é um exemplo disto. Esse novo recorte espacial levou em conta não apenas os aspectos mais visíveis da natureza – meio natural, predominância de uma certa



feição geomorfológica, por exemplo – mas, e sobretudo, o processo histórico e a organização atual do espaço – economia, rede urbana, população etc.

*ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO* – É o dado primeiro da geografia. É a estrutura que, espontânea ou voluntariamente, individual ou coletivamente, os homens têm dado às projeções espaciais dos diversos elementos de suas atividades. Ao nível microgeográfico, o agricultor organiza o espaço quando ele reparte suas culturas – arroz, milho, feijão, soja...; o empresário organiza o espaço quando implanta as filiais de sua firma. Ao nível macrogeográfico, a criação de uma grande rede de irrigação, a instalação de um grande complexo minerador e da infraestrutura que um tal projeto exige, como o projeto *Grande Carajás*, a construção de uma cidade em zona pioneira (Goiânia, por exemplo), tudo isto são aspectos de organização do espaço. O resultado das ações acumuladas que se inscrevem no solo, e em transformação contínua, é a *organização do espaço*. Essa organização é primeiramente a consequência não desejada de uma infinidade de intervenções parciais. Por exemplo, a ocupação, povoamento e urbanização do território goiano-tocantinense não constituiu, no início, nenhum gesto planejado. Isto aconteceu espontaneamente após a descoberta das minas. Ninguém comandou organizadamente o processo e nem deu a ele um determinado rumo. As cidades iam surgindo na medida em que as minas respondiam com mais fartura à riqueza tão desejada e procurada. Do mesmo modo que rapidamente elas nasciam, elas também rapidamente morriam se o ouro fosse efêmero, como geralmente costuma ser. Uma vez cessada a motivação inicial, as populações que aqui permaneceram procuraram um outro caminho para a sua sobrevivência. Ao ouro sucede a agricultura tradicional e as fazendas multifuncionais são o melhor exemplo de organização do espaço que perdurou até recentemente. As cidades que sobreviveram “criaram” suas regiões de influência e foi em torno delas que a antiga entidade territorial chamada Capitania de Goiás – estados de Goiás e Tocantins atuais – se organizou.

Essas formas espontâneas, inicialmente não planejadas e, de um certo modo, não comandadas, de organização do espaço é diferente, por exemplo, de *organização do espaço regional*, que resulta de ações voluntárias com a finalidade de reorganizar, reestruturar o espaço. A expressão se aplica tanto ao meio rural quanto ao meio urbano. Em suma, *organização do espaço*





*regional* é planejamento, é intervenção, comandado seja pelo Estado, seja por uma grande empresa.

Na *organização do espaço*, certos elementos representam um papel particular, que é o papel *estruturante*. Eles dão ao espaço habitado sua coesão e seus meios de funcionamento, colocando os homens e as sociedades em contato uns com os outros: são as estradas e as cidades. “Estradas e cidades são os grandes iniciadores de unidade; elas criam a solidariedade das regiões”, já dizia, há um século, Vidal de La Blache. Elas simplesmente organizam o espaço. Os diversos elementos que se encontram assim estruturados constituem uma série de espaços diferentes que se sucedem: espaço desabitado, “região” agrícola especializada – o vale do rio São Francisco, que se especializou na produção de frutas, sobretudo a uva e o melão, por exemplo –, zona industrial, como o ABCD paulista, zona urbana, zona suburbana etc.

As formas de *organização do espaço* se repartem em vários tipos. Opõem-se assim, segundo ainda Jean Labasse, a *espaço aberto*, como os dos grandes países cujo *capital territorial é ainda bastante rico em disponibilidades* (Brasil, Canadá, Rússia), a *espaço finito*, caracterizado por *uma relação homem-solo extremamente exigente, função de um território em todos os lugares identificado e minuciosamente distribuído* (Japão, Portugal, países europeus em geral). Porém, tudo isto depende, e muito, dos estágios de desenvolvimento e dos sistemas econômicos e sociais.

Enfim, em um nível unitário e não global, distingue-se formas de *organização do espaço* ligadas ao seu próprio modo de utilização. A *organização do espaço rural* tem suas formas, suas leis e seus problemas, enquanto que a *organização do espaço urbano* é o objeto preciso da parte essencial da geografia urbana: a repartição das ruas e avenidas e dos bairros, o zoneamento periurbano e suburbano, o papel do centro, as articulações dos diversos elementos desse espaço que dão lugar a análises propriamente geográficas.

*PAISAGEM* (*landscape* em inglês, *landschaft* em alemão). Geralmente designa o meio natural sintético, objeto de uma geografia física global. Em sentido mais amplo, a noção de *paisagem* é plena de conotações: é, por exemplo, *panorama*, é um espaço qualquer, natural ou humanizado/urbanizado, é um recanto particular do espaço.

Em biogeografia, *paisagem* é uma porção do espaço analisado visualmente. Ele resulta da combinação dinâmica de elementos físico-químicos, biológicos e antropológicos que,



reagindo uns sobre os outros, formam um conjunto único e indissociável e em constante evolução. Pode conduzir a diferentes níveis espaciais:

- a *zona* (zona subtropical, por exemplo);
- o *domínio* (o domínio do cerrado, o domínio da mata atlântica o domínio mediterrâneo);
- a *região natural* (o Planalto Central, o deserto do Saara, a Patagônia);
- o *geossistema* (o Pantanal matogrossense);
- o *geofácies* (os sambaquis litorâneos);
- o *geotopo* (um pântano, uma lagoa, uma gruta, um capão de mato no meio da chapada).

Cada uma dessas unidades taxonômicas se define por um potencial ecológico, uma valorização ecológica e uma exploração ou *organização antrópica*. Um *sistema de evolução* próprio a cada unidade (geomorfogênese, dinâmica biológica, sistema de exploração antrópica) determina o sentido de sua evolução – nulo, progressivo ou regressivo – bem como a situação biopedológica – biostasia, resistasia, heterostasia.

*PAISAGEM AGRÁRIA OU RURAL* – A paisagem agrária ou rural (*agrarian landscape* em inglês) ou simplesmente *paisagem rural* – concepção mais ou menos ampla que diz respeito a todo o *campo* –, é revelada principalmente pela observação direta, pelo estudo das fotografias aéreas, pelas imagens de satélites, pelas cartas topográficas em escala grande e pelos documentos cadastrais rurais fornecidos por órgãos públicos, como Incra no Brasil, por exemplo. Sua interpretação supõe um conhecimento bem aprofundado da geografia, da história e, nos países antigos da Europa, Ásia e África, da arqueologia rural. A *paisagem rural* sempre aparece como uma combinação concreta em que intervêm um grande número de fatos: o *habitat*, o parcelamento da terra, os caminhos etc. Esses elementos revelam uma *organização* do espaço rural. Desse modo, o *habitat* pode ser disperso ao longo do parcelamento da terra ou, ao contrário, ser concentrado em volta do território agrícola explorado, em que cada parcela se comunica livremente com as outras.



A origem dessas organizações do espaço tem se constituído em um dos problemas dos mais controvertidos para a geografia humana. Diferentes autores insistiram sucessivamente sobre diversos fatores “explicando” parcialmente as paisagens agrárias: o meio natural, os grupos étnicos, os modos de propriedade, os sistemas de aração, a economia agrícola, os fatores políticos etc. De fato, a paisagem agrária registra não apenas esses fatores, mas também ainda muitos outros. Pode-se tentar um reagrupamento dos fatos essenciais analisando cada tipo de *paisagem agrária*:

- a) a *estrutura agrária*, em particular o papel respectivo das propriedades e das explorações individuais de um lado e fórmulas comunitárias, tão freqüentes em agricultura, de outro;
- b) o *sistema de cultura*, em particular o papel respectivo das culturas intensivas e da pecuária extensiva. A combinação desses sistemas comumente modela paisagens agrárias características;
- c) a *história agrária*. Cada paisagem tem uma certa duração com épocas principais de consolidação. Muitas paisagens agrárias européias são antigas. Outras têm menos de um século de existência. No Brasil acontece a mesma coisa;
- d) o *meio natural* intervem sempre para deformar, reforçar, conservar uma *paisagem agrária*. As regiões mais férteis não são necessariamente as mais típicas. As montanhas isoladas e pobres podem conservar verdadeiras relíquias de *paisagens agrárias*.

## A REGIONALIZAÇÃO E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Milton Santos, o nosso maior geógrafo recentemente falecido, em sua obra *Técnica, Espaço, Tempo e Meio Técnico-científico* nos remete a refletir sobre os novos rumos que vem tomando a geografia diante de um fenômeno que diz respeito a todos os cidadãos – o processo de *globalização*. Eis uma síntese do que ela pensa a respeito desse fenômeno mundial.

a) O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares. O espaço se adapta à nova era, atualiza-



se e se faz o *locus* de atividades de produção consideradas mundiais (o Vale do Silicó, na Califórnia, por exemplo).

b) O meio geográfico, que já foi “meio natural” e “meio técnico” é, hoje, tendencialmente, um “meio técnico-científico”, determinado pelas grandes empresas (nacionais ou internacionais). O mercado, nesses espaços, é tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos.

c) Fluidez e competitividade são as palavras de ordem, “mágicas” mesmo, da atualidade, estimuladas de fora das sociedades implicadas, instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda: as fronteiras e os limites tendem a enfraquecer, senão a desaparecer. Há melhoria nos transportes, nas comunicações, eliminam-se os obstáculos à circulação do dinheiro e às mercadorias. A *guerra* chama-se agora *competitividade*; antes era *progresso, desenvolvimento*. Essa guerra é planetária. Há um sistema hierárquico de relações construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas. É uma forma nova da ainda recente divisão nacional e internacional do trabalho, ou seja, a relação *centro-periferia* dos anos 1970 e 1980 em benefício de alguns poucos. Não há desejo de cooperação, mas de competição. O que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói, desemprega.

NOTA – Na verdade, o termo *globalização* é uma espécie de novo fetiche, o totem moderno. Ninguém questiona. É como se fosse uma força sobrenatural que se impõe à vontade dos indivíduos, um dogma, quase uma religião, que ninguém contesta. Mas ela não passa de uma questão tecnológica, porque o mundo sempre foi globalizado. Mas o que acontece hoje, é excludente, pois a *globalização* de que tanto falamos só é “universal” para os grandes Estados e as grandes empresas. Nesse particular, ela é perversa, pois segrega do processo a imensa maioria dos países pobres e da população do planeta.



Resumindo, a *globalização* constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em *sistema mundo* de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. A Terra torna-se um só e único mundo. Esse conjunto é sistêmico e por isso já se pode admitir que a *globalização* constitui um *paradigma* para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. Assim, ela acarreta:

- a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia mundial;
- a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço. Um exemplo, é o Vale do Silicócio a que nos referimos acima;

- a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície na agricultura, por exemplo, ou a robotização na indústrias;

- a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas ou não) em todos os escalões;

- a produtividade espacial como dado na escolha das localizações;
- o papel da organização e dos processo de regulação na constituição das regiões;
- a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de *globalização*;

- *horizontalidade* é o alicerce de todos os cotidianos e do cotidiano de todos os indivíduos (atividades agrícolas modernas, atividades urbanas, industriais, relações cidade-campo etc). É o substrato dos processos de produção. É o espaço em que vivem todos os indivíduos;

- *verticalidade* é o agrupamento de áreas ou pontos ao serviço dos atores hegemônicos, não raro distantes (as decisões são tomadas por homens ou corporações que detêm o poder político, econômico ou militar). São as grandes empresas, e seriam os partidos políticos e suas ideologias, que detêm o poder de fazer e desfazer. São os sistemas urbanos.

Na hora atual, e para a maior parte da humanidade, a globalização é sobretudo fábula e perversidade: fábula, porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer. A transferência (de tecnologia, saber) não passa de uma promessa; perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização de globalidade são o vício (drogas), a violência (no cinema e na televisão), o



empobrecimento material, cultural e moral possibilitado pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se buscado não é a *união*, mas antes *unificação*. Daí, seja o que Deus quiser.

As divisões e recortes do espaço – as tão faladas *microrregiões homogêneas* – perdem, hoje, cada vez mais o seu caráter “homogêneo”, e até mesmo afetivo ou, digamos, político. Na verdade, e já vimos isto, elas não passam de porções maiores que os município para servir de base para a coleta de dados estatísticos em geral. Não têm autonomia política e nem administrativa. É um recorte feito para introduzir uma certa ordem e um certo cartesianismo nos estudos e nos planejamentos regionais. Nesse sentido, esses recortes não deixam, contudo, de mostrar uma certa tipologia, uma certa personalidade (física ou sócio-econômica).

Enquanto *regiões*, eles são para Milton Santos um espaço geográfico, banal em qualquer lugar. Agrupa horizontalidades e verticalidades. Assim, o que ainda se pode denominar *região* – espaço das horizontalidades – deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada e facilmente reconsiderada. A dinâmica dos espaços da *globalização* supõe adaptação permanente das *formas* e das *normas*.

*Região* significa *reger*, mas hoje há cada vez mais regiões que são apenas *regiões do fazer* e cada vez menos *regiões do mandar*, ou seja, *regiões do reger*. Aquelas que são regiões do fazer, são cada vez mais regiões *do fazer para os outros*, são as sedes da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmas.

*Regiões* são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalizações. As regiões são um espaço de conveniência, *meros lugares funcionais do todo*, pois além dos *lugares* não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na *forma* e no *conteúdo* das regiões.

No passado, a região fora sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é



muito grande, tudo interfere (estradas, telecomunicações, aviões, ferrovias), o que freqüentemente induz à confusão de imaginar que a *região* não mais existe.

*ESPAÇO* – Para Milton Santos, é um sistema de objetos e sistema de ações indissolúvelmente juntos, cuja *soma e interação* nos dão o espaço total. Hoje já não se fala mais da noção de *core*, desenvolvida por J. Friedman e J. Baudeville, mas sim de *espaços centrais informados*. Assim, a partir desta forma de organização do território, não cabe mais falar, no Brasil, de *litoral e interior*, ou simplesmente em *cidade e não cidade*, ou *urbano e não urbano*. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação e há *outros espaços*.

O *espaço* é portanto um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistema de ações igualmente imbuídas de artificialidade, cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Nesse nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema de natureza, uma natureza que conhece, graças exatamente ao movimento ecológico, o ápice de sua desnaturalização.

*AS CIDADES* – Meio ambiente construído. Nasceram, crescem, tornam-se *metrópoles* e, em seguida, *necrópoles*. Esse, segundo um filósofo contemporâneo – Lewis Mumford –, seria o destino final da evolução das grandes cidades americanas e européias. No Terceiro Mundo, podemos dizer que as cidades destinadas a ser grandes, crescem rapidamente; e rapidamente se transformam em necrópoles, se já não nascem assim.

Quanto mais os países (e as regiões) se modernizam e crescem, mais as grandes cidades associam lógicas externas e lógicas internas subordinadas. Por isso, são cidades críticas desde o seu nascimento, sobretudo porque tornam-se cidades sem cidadãos.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas, onde agrônomos, engenheiros, bancários, os diversos especialistas substituem o padre, o juiz, a professora primária, o telegrafista, o tabelião.

À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalidades do novo modo de produzir, criada na superfície e no sub-solo, nos objetos visíveis e nas infraestruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da



tecnologia. Espaço pequeno, minoritário e não dominante do ponto de vista da extensão, e todavia espaço dominador dos processos econômicos e políticos, cuja lógica implacável se sobrepõe e comanda a dos demais espaços, quantitativamente dominantes na paisagem, mas qualitativamente subordinadas quanto às funções.

Não há mais hoje, como no passado, os limites das zonas de influência das grandes cidades. Tudo se imbrica. O campo, espaço ainda não urbanizado, é o que determinam as cidades enquanto centros de decisões em todos os níveis e modalidades. O campo produz para as cidades.

A cidade – meio ambiente construído – é o retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modos culturais, onde as classes sociais, por mais contraditório que seja, encontram as condições de sobrevivência. No Terceiro Mundo, elas são, por um lado, *rígidas* na sua vocação internacional (exceto São Paulo e Rio de Janeiro) e, por outro, *flexíveis*, graças à um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e de todos os tipos de trabalho. Elas se transformam, se modernizam negligenciando a maior parte dos cidadãos e da cidade, do meio físico humano. Fernand Braudel já dizia que a cidade agrega e desagrega, une e desune. Milton Santos completa: a cidade é o lugar em que o mundo se move mais; e os homens também.

As cidades são o lugar da revolta, da rebelião, do encontro com o que parecia impossível. Elas são menos fáceis de conquistar pelo capital novo do que o campo. Por essa razão, o campo é rígido, graças às equações de trabalho e capital exigidos pelas novas produções, exigentes do uso da inteligência, da técnica e da informação. A cidade é rígida pelos objetos que a formam, essa materialidade que custa muito caro renovar: desse modo, a cidade tem mais bolsões de contrafinalidade que o campo. Nessas condições, ao contrário do que freqüentemente se diz, a cidade acaba sendo mais fácil de planejar.

*O CENTRO-OESTE* – O Centro-Oeste – e aí se insere Goiás – apresenta-se – como a Amazônia – extremamente apropriado aos novos fenômenos da urbanização, já que, até recentemente, era praticamente virgem, infraestrutura pobre, pouco investimento vindo do passado que pudesse dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que seu território era





praticamente livre da herança de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que (ao contrário dos velhos Sul, Sudeste e Nordeste) o novo, o moderno, vai se dar aqui com maior velocidade e rentabilidade. É por isso que o Centro-Oeste em geral, e em Goiás-Tocantins em particular, conhecem uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo neles se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea, indispensável a uma economia exigente de movimento e de deslocamento.

### AS DIFERENTES REGIONALIZAÇÕES DE GOIÁS

Antes de 1969, quando foram criadas pelo IBGE as denominadas “Microrregiões Homogêneas”, os governos e os habitantes de Goiás sempre tiveram em mente que o território é diferenciado e que, por isso mesmo, abriga entidades histórico-geográficas de matizes e traços – físicos, humanos, econômicos, sócio-culturais – diversos. É sabido de todos nós que administrar o território é também levar em conta essas diferenças e diversidades. Os programas governamentais não devem se constituir em uma forma rígida de ver e considerar o território geográfico, ou seja, não deve ter a mesma cara para todas regiões, a não ser quanto aos princípios éticos que visam promover o bem estar, indistintamente, para todas as regiões. As regionalizações são estudos obrigatórios em qualquer tempo e lugar, respeitando-se sobretudo as vocações e as características geográficas regionais.

Tomando o atual estado de Goiás como exemplo, temos que, *grosso modo*, os governos, desde a época do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, regionalizaram o território com vistas a uma administração mais eficiente. Mas foi principalmente a partir do governo Mauro Borges, o primeiro realmente planejado em Goiás, que as regiões foram seriamente levadas em conta pela administração estadual.

Em 1961 o planejamento implantado pelo Governo Mauro Borges (GMB) dividiu o atual estado de Goiás em 9 regiões, a saber:

- **Nordeste** (o tradicional “Vão do Paranã”, em torno das cidades de Cavalcante e de Campos Belos);
- **Leste** (tendo como referência o rio São Marcos e a cidade de Posse);
- **Central** ( em torno de Uruaçu-Porangatu);



- **Médio-Araguaia** (em torno da cidade de Goiás);
- **Planalto** (em torno de Anápolis, Luziânia e Formosa);
- **Mato Grosso** (tendo como referência o “Vale do São Patrício”);
- **Sudoeste** (em torno de Rio Verde e Jataí);
- **Sul** (em torno de Morrinhos, Goiatuba e Itumbiara);
- **Estrada de Ferro** (tendo Pires do Rio como cidade mais central).

Em 1967, o Governo Otávio Lage definiu 13 regiões, a saber:

- **Palma** (parte do atual “Vão do Paraná”);
- **Crixás-Açu** (em torno das cidades de Crixás e Porangatu);
- **Tocantinzinho** (em torno de Niquelândia-Uruaçu);
- **Leste** (em volta de Posse);
- **Rio Vermelho** (em torno da cidade de Goiás);
- **“Mato Grosso” de Goiás** (em torno do “Vale do São Patrício”);
- **Planalto** (em torno de Brasília);
- **Alto Araguaia** (em torno de Mineiros);
- **Sudoeste** (em torno de Rio Verde e Jataí);
- **Meia Ponte** (em torno de Piracanjuba e Pontalina);
- **Estrada de Ferro** (em torno de Pires do Rio e Catalão);
- **Paranaíba** (em torno de Goiatuba e Itumbiara).

Em 1969, sob a tutela do Ministério do Planejamento, o IBGE divide o território atual de Goiás em 12 “Microrregiões Homogêneas”, que perdurou até 1989. Essa nova redivisão regional se baseou principalmente nos seguintes critérios:

- finalidades sobretudo estatísticas;
- “homogeneidade” dos subespaços;
- adotar, na medida do possível, as regiões do Governo Otávio Lage;



- levar em conta a expansão da fronteira agrícola, decorrente da modernização da agricultura que já se processava em Goiás, bem como a aceleração da urbanização, que já “redesenhavam” novas entidades microrregionais;
- levar em conta o meio físico na delimitação espacial das novas microrregiões.

As 12 “Microrregiões Homogêneas” eram as seguintes:

- **Serra Geral de Goiás** (da qual faziam parte apenas os municípios goianos de Campos Belos e Monte Alegre de Goiás. Os outros – Arraias, Paranã, Taguatinga do Tocantins etc – situam-se no atual Estado do Tocantins);
- **Alto Tocantins** (em torno de Uruaçu e Porangatu);
- **Chapada dos Veadeiros** (em torno de Cavalcante);
- **Vão do Paranã** (em torno de Posse);
- **Rio Vermelho** (em torno da cidade de Goiás);
- **“Mato Grosso” de Goiás** (em torno do “Vale do São Patrício, Goiânia, Anápolis, São Luiz de Montes Belos e Iporá);
- **Planalto Goiano** (em torno de Brasília);
- **Alto Araguaia Goiano** (em torno de Mineiros);
- **Serra do Caiapó** (em torno de Rio Verde e Jataí);
- **Meia Ponte** (em torno de Piracanjuba, Pontalina e Caldas Novas);
- **Sudeste Goiano** (a antiga região da “Estrada de Ferro”, em torno de Pires do Rio e Catalão);
- **Vertente Goiana do Paranaíba** (em torno de Quirinópolis, Itumbiara e Goatuba e Morrinhos).

Em 1989, durante o Governo Santillo, realizamos para a Seplan-Go um novo projeto de regionalização do estado de Goiás, em que desaparece a expressão “homogênea” para dar lugar às novas “Microrregiões Geográficas”. Em sua elaboração foram levados em conta os seguintes critérios:



- as novas relações espaciais de Goiás, dando-se ênfase sobretudo aos fatores socioeconômicos e às relações de proximidade e de interdependência dos municípios;
- a reconstituição de regiões que já se desenhavam naturalmente no espaço, como o AGLUG (Aglomerado Urbano de Goiânia);
- redividir antigas microrregiões regiões que não mais formavam um todo “homogêneo”, como o “Mato Grosso” de Goiás, o Sudeste Goiano ou a Vertente Goiana do Paranaíba, por exemplo.

Essas 18 “Microrregiões Geográficas”, que geralmente levam os nomes das cidades mais importantes, foram agrupadas em 5 Mesorregiões, a saber:

#### **I – NOROESTE GOIANO:**

- 1 - Aragarças
- 2 - Rio Vermelho
- 3 - São Miguel do Araguaia

#### **II – NORTE GOIANO:**

- 4 - Porangatu
- 5 - Chapada dos Veadeiros

#### **III – CENTRO GOIANO:**

- 6 - Ceres
- 7 - Anápolis
- 8 - Goiânia
- 9 - Anicuns
- 10 - Iporá

#### **IV – LESTE GOIANO:**

- 11 - Vão do Paraná
- 12 - Entorno de Brasília

#### **V – SUL GOIANO:**

- 13 - Sudoeste de Goiás



- 14 - Quirinópolis
- 15 - Vale do Rio dos Bois
- 16 - Meia Ponte
- 17 - Pires do Rio
- 18 - Catalão

Para saber mais coisas sobre essa nova divisão microrregional não só de Goiás, mas também do Tocantins, remetemos o leitor ao livro *Geografia – Goiás-Tocantins* de Horieste Gomes e Antônio Teixeira Neto, em que há um esboço de regionalização do território goiano-tocantinense.

Esse trabalho foi condensado das seguintes obras:

GEORGE, Pierre (1974). *Dictionnaire de la géographie*. Paris: Presses Universitaires de France

MEYNIER, André (1969). *Histoire de la pensée géographique en France-1872-1969*. Paris: Presses Universitaires de France

SANTOS, Milton (1994). *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec

Goiânia, dezembro de 2002

Antônio Teixeira Neto  
e-mail [netomap@hotmail.com.br](mailto:netomap@hotmail.com.br)